

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Firmeza de ação

O Governo cogita de adotar novas medidas econômicas, em curto prazo, para enfrentar o recrudescimento da taxa de inflação e os agudos problemas decorrentes do déficit público e da renegociação da dívida externa. E a informação transmitida pelos Ministros da Fazenda e do Gabinete Civil, juntamente com uma nota de esclarecimento do Banco Central.

Planos e projetos não faltam ao governo Sarney, em seus dois anos e meio no poder. De início, era um programa de austeridade consubstanciado na famosa diretriz que Tancredo Neves escreveu no discurso inicial ao Ministério: "É proibido gastar". A diretriz já foi esquecida há muito tempo e o primeiro ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, abandonou o Governo e hoje integra a Constituinte na bancada do PFL.

Veio Dilson Funaro e com ele o Plano Cruzado I e seu anexo, o II, ambos de saudosa memória. Nesse interim, o ex-ministro do Planejamento, João Sayad, ensaiou mas não emplacou um plano de desenvolvimento econômico-social que ficou na gaveta.

Veio Bresser Pereira e surgiu o plano que leva seu nome, que pretende o controle da inflação. A exemplo de Sayad, também o ministro atual do Planejamento, Aníbal Teixeira, elaborou o seu Programa de Ação Governamental 1987/91, que logrou ser lançado pelo presidente Sarney mas cujo destino, neste momento, é incerto e não sabido.

Planos, portanto, não faltam ao governo da Nova República. O que está faltando é resultado positivo. O Plano Bresser, em que pese a comprovada competência do Ministro da Fazenda e seu sincero empenho de acertar, ainda não deu os frutos esperados. E tanto é verdade que o Presidente cogita agora de novo plano, para corrigir rumos e tentar jugular a inflação, que mostra ânimo e apetite muito acima da resistência governamental em controlá-la.

É preciso cercar essa nova iniciativa de cautelas e de credibilidade, tanto interna quanto internacionalmente, sob pena de ser o atual governo o detentor do recorde de planos e projetos lançados e não realizados. A facilidade com que a administração federal elabora e lança planos tende a desgastá-la perante os setores da economia privada, os quais não conseguem acompanhar o raciocínio e a coerência do poder público.

De boas intenções o inferno está cheio, já se disse muito bem. O que o País necessita, neste momento, é de firmeza e determinação das autoridades econômicas nas três frentes principais em que se detate a economia brasileira: inflação, déficit público e dívida externa. Haja ou não um novo Plano e tenha ele que nome tiver, o que se reclama é a eficácia da ação governamental, ainda que os remédios sejam amargos e impopulares. Fora disso — e de muito trabalho — qualquer plano tende sempre ao fracasso.